

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BRUNO GARCIA**

**UM ESTUDO DOS ARRENDAMENTOS MERCANTIS FINANCEIROS  
E OPERACIONAIS DIVULGADOS NAS NOTAS EXPLICATIVAS DE  
EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE TRANSPORTE**

**FLORIANÓPOLIS  
2017**

**BRUNO GARCIA**

**UM ESTUDO DOS ARRENDAMENTOS MERCANTIS FINANCEIROS  
E OPERACIONAIS DIVULGADOS NAS NOTAS EXPLICATIVAS DE  
EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE TRANSPORTE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Dra. Suliani Rover.

**FLORIANÓPOLIS  
2017**

**BRUNO GARCIA**

**UM ESTUDO DOS ARRENDAMENTOS MERCANTIS FINANCEIROS  
E OPERACIONAIS DIVULGADOS NAS NOTAS EXPLICATIVAS DE  
EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE TRANSPORTE**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Suliani Rover**  
**Orientadora**

**Professores que compuseram a banca:**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr. Alex Mussoi Ribeiro**

---

**Mestranda Janaína da Silva Ferreira**

**FLORIANÓPOLIS**  
**2017**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais pelo apoio e incentivo aos estudos.

Agradeço a minha orientadora Suliani Rover pela confiança e compreensão ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Um agradecimento especial a minha grande amiga Bruna Godinho, um exemplo de amiga e companheira, que sempre me ajudou e se dispôs a ajudar em todas as horas.

*"Você pode sonhar, criar, desenhar e construir o lugar mais maravilhoso do mundo. Mas é necessário ter pessoas para transformar seu sonho em realidade."*

Walt Disney

## RESUMO

GARCIA, Bruno. **Um estudo dos arrendamentos mercantis financeiros e operacionais divulgados nas notas explicativas de empresas brasileiras do setor de transporte.** 2017. 42 p. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC.

Com a homologação das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e da emissão do pronunciamento técnico CPC 06 (2010) foi modificada a forma que as companhias de capital aberto contabilizam as operações de *leasing* financeiro. A partir desta alteração ocorreu o reconhecimento do arrendamento mercantil financeiro como ativo na empresa arrendatária. O objetivo da pesquisa é verificar a divulgação dos arrendamentos mercantis financeiros e operacionais das companhias abertas brasileiras. A amostra da pesquisa abrange as empresas do setor de transporte, listadas na Bolsa de Mercadorias & Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) durante o período de 2013 a 2016. A estrutura de evidenciação foi baseada e no CPC 06 (2010), sendo elaborado um *checklist* para quantificar o nível de evidenciação dos arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. Como principais resultados, verificou-se que a média de evidenciação dos arrendamentos financeiros e operacionais é relativamente baixa. O segmento com maior evidenciação foi o aéreo, sendo que o setor que não houve arrendamento foi o de transporte hidroviário. Nos anos 2013 a 2015, considerando o *ranking* geral, as três empresas com melhores índices de evidenciação foram Santos Brasil Participações S.A, Wilson Sons LTD e ALL - Malha Paulista S.A.. Já no ano de 2016, as empresas que se destacaram neste quesito foram a Azul S.A., Wilson Sons LTD e a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.. A IFRS 16 traz adoção de um modelo único de arrendamento, o reconhecimento de todos os arrendamentos reconhecidos no balanço, com o tratamento do *leasing* semelhante a compra financiada de um ativo. Das 41 empresas analisadas no ano de 2016: 35 possuem arrendamento mercantil, sendo que nove relatam que a alteração da norma irá impactar no balanço; oito companhias divulgam que não serão impactadas; três ainda estão analisando o impacto; nove tem o conhecimento da nova norma, mas não analisaram o impacto até o momento; e seis companhias não informaram as mudanças da norma.

**Palavras-chaves:** Arrendamento mercantil; CPC 06 (2010); Evidenciação.

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| <b>Quadro 1</b> - Exemplos de caracterização de arrendamentos financeiros.....                    | 18 |
| <b>Quadro 2</b> - Contabilização do arrendamento financeiro pela arrendatária.....                | 18 |
| <b>Quadro 3</b> - Contabilização do arrendamento financeiro pelo arrendador .....                 | 19 |
| <b>Quadro 4</b> - Contabilização do arrendamento operacional pela arrendatária e arrendador ..... | 19 |
| <b>Quadro 5</b> - Contabilização do arrendamento pela arrendatária conforme a IFRS 16 .....       | 21 |
| <b>Quadro 6</b> - Contabilização do arrendamento pelo arrendador conforme a IFRS 16.....          | 21 |
| <b>Quadro 7</b> - Autores e objetivos de pesquisas semelhantes.....                               | 22 |
| <b>Quadro 8</b> - Nomes das empresas estudadas .....  | 25 |
| <b>Quadro 9</b> - <i>Checklist</i> completo utilizado na pesquisa .....                           | 28 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 1</b> - Número da amostra das empresas estudadas.....   | 24 |
| <b>Tabela 2</b> – Validação do setor selecionado.....   | 26 |
| <b>Tabela 3</b> - Evidenciação arrendamento mercantil financeiro .....  | 30 |
| <b>Tabela 4</b> - Evidenciação arrendamento mercantil operacional .....   | 31 |
| <b>Tabela 5</b> - <i>Ranking</i> geral das 10 empresas com melhor evidenciação .....                                      | 32 |
| <b>Tabela 6</b> - Somatório por ano do número de empresas que possuem arrendamento financeiro e os itens atendidos .....  | 34 |
| <b>Tabela 7</b> - Somatório por ano do número de empresas que possuem arrendamento operacional e os itens atendidos ..... | 35 |
| <b>Tabela 8</b> - Impactos da nova IFRS nas notas explicativas de 2016.....   | 36 |



## **LISTA DE FIGURAS**

|  |    |
|--|----|
| <b>Figura 1</b> - Apresentação de contabilização de arrendamento ..... | 20 |
|--|----|

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

*ADRs - American Depositary Receipt*

B3 - Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

*FASB - Financial Accounting Standards Board*

*IASB - International Accounting Standards Board*

*IFRS - International Financial Reporting Standards*

NIC's - Normas Internacionais de Contabilidade

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                  | <b>12</b> |
| 1.1    CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....                       | 12        |
| 1.2    TEMA E PROBLEMA .....                              | 13        |
| 1.3    OBJETIVOS .....                                    | 13        |
| 1.3.1    Objetivo Geral .....                             | 13        |
| 1.3.2    Objetivos Específicos.....                       | 13        |
| 1.4    JUSTIFICATIVA.....                                 | 14        |
| 1.5    ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO .....                      | 15        |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                         | <b>16</b> |
| 2.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DOS ARRENDAMENTOS MERCANTIS ..... | 16        |
| 2.2 PESQUISAS SEMELHANTES.....                            | 22        |
| <b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>                | <b>24</b> |
| 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....                        | 24        |
| 3.2 PERÍODO E AMOSTRA DA PESQUISA.....                    | 24        |
| 3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....                      | 26        |
| <b>4 RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>                     | <b>30</b> |
| <b>5 CONCLUSÕES .....</b>                                 | <b>38</b> |
| 5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS .....                | 38        |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                  | <b>40</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com a publicação das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como as emissões dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ocorreram mudanças no reconhecimento, na mensuração e divulgação dos fatos contábeis. Dentre elas, tem-se as alterações no tratamento do arrendamento mercantil, também denominado *leasing*.

O pronunciamento técnico CPC 06 (2010, p.2) define arrendamento mercantil como "um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado".

Segundo Martins *et al.* (2013), o arrendamento mercantil pode ser classificado como financeiro ou operacional, conforme suas características, sendo essa classificação realizada sempre no início do contrato. Os mesmos autores concluem que o arrendamento mercantil financeiro transfere substancialmente os riscos e benefícios para o arrendatário, sendo que o título de propriedade do bem pode ou não ser transferido. Já o arrendamento mercantil operacional é divergente em relação ao financeiro, pois ele não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios referentes a propriedade.

De acordo com Amaro Luiz de Oliveira Gomes, membro do *International Accounting Standards Board* (IASB), a partir de 2019 deverão ser adotadas novas práticas que buscam trazer mais transparência nas demonstrações contábeis no que se refere ao *leasing*, e por meio dessa reformulação o arrendamento deverá constar no balanço patrimonial das sociedades e acabando com a distinção entre *leasing* operacional e financeiro (EXAME, 2015).

Conforme o levantamento realizado pelo IASB com mais de 1000 companhias, constatou-se que as operações fora de balanço derivam em passivos de longo prazo com valores subestimados e que o valor dessas dívidas pode passar de US\$ 6,4 bilhões para US\$ 8,1 bilhões (EXAME, 2015).

Com a aplicação da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 16 - Arrendamentos, a partir de janeiro de 2019, o arrendamento passa a ter um modelo único, não tendo diferenciação entre *leasing* operacional e financeiro, com todos os arrendamentos reconhecidos no balanço. Conforme a KPMG (2016), há isenções opcionais para os arrendamentos de curto prazo, ou seja, com tempo do arrendamento igual ou inferior a 12 meses, e em relação aos arrendamentos de itens com valores baixos, tendo como exemplos

ativos com valores iguais ou inferiores a US\$ 5.000. Além disso, a adoção antecipada dessa norma é permitida para as empresas que adotarem também a IFRS 15 - Reconhecimento da receita (KPMG, 2016).

A IAS 17 é referente ao registro contábil e divulgação das operações de arrendamento, fazendo com que a norma seja acompanhada por arrendadores e arrendatários.

## 1.2 TEMA E PROBLEMA

Esta pesquisa tem como o tema a divulgação das empresas em relação ao tratamento contábil sobre o arrendamento mercantil, analisando se as companhias do setor de transporte da Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão (B3) estão seguindo as orientações do CPC 06 (R1, 2010) e do IAS - 17 ou IFRS 16, sendo esta última com adoção obrigatória a partir de 01/01/2019.

Diante deste tema, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as práticas de divulgação conforme o CPC 06 (2010) dos arrendamentos mercantis financeiros e operacionais das companhias abertas brasileiras?

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa é verificar a divulgação dos arrendamentos mercantis financeiros e operacionais das companhias abertas brasileiras. Para alcançar tal objetivo, são analisadas as empresas do setor de transporte, listadas na Bolsa de Mercadorias & Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) durante o período de 2013 a 2016.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- a) identificar quais empresas do setor de transporte possuem arrendamento mercantil;
- b) estruturar os itens para análise da divulgação dos arrendamentos mercantis financeiros e operacionais das empresas com base no CPC 06 (2010);

- c) comparar a divulgação das informações sobre arrendamento com base nos segmentos de atuação; e
- d) verificar se as empresas analisadas estão divulgando o impacto da nova regra de contabilização dos arrendamentos em suas demonstrações financeiras.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

Como justificativa desse estudo, destaca-se a atualidade do tema e a relevância das operações de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais para o setor estudado nesta pesquisa.

Com a emissão da IFRS 16 pelo IASB, com adoção obrigatória a partir de janeiro de 2019, a nova norma solicita de modo geral que as companhias tragam os arrendamentos para o balanço, fazendo com que reconheçam novos ativos e passivos. Os impactos não influenciam somente o balanço patrimonial, mas também a contabilização no decorrer da vida útil desses arrendamentos, tendo como consequência o aumento do registro de despesas financeiras nas demonstrações de resultado.

Pesquisas anteriores abordaram sobre o tema arrendamento mercantil. Krüger e Borba (2011) examinaram se as empresas presentes na B3 que fazem parte ao segmento de Novo Mercado e possuem operações de arrendamento mercantil financeiro no ano de 2009, divulgaram as características do arrendamento em Notas Explicativas conforme o CPC 06, teve como resultado que apenas 11,6% dos itens foram evidenciados adequadamente pelas empresas analisadas. Martins, Machado e Machado (2013) avaliaram o *value relevance* das informações referentes às operações de *leasing* operacional e em relação aos resultados da análise das notas explicativas, observaram que muitas empresas descreviam que possuíam contratos de arrendamento operacional, porém não evidenciavam esses montantes, não atendendo a recomendação do CPC 06. Matos e Niyama (2013) realizaram uma comparação entre as disposições contábeis do IASB e *Financial Accounting Standards Board* (FASB) sobre *leasing*. Santos, Raimundini e Sousa (2007) compararam a evidenciação contábil aplicada nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's) e as normas brasileiras sobre arrendamento mercantil, e como resultado verificaram que o nível de discordância com os critérios propostos é maior que o de concordância, principalmente quanto aos critérios relacionados à teoria contábil. Conforme análises individualizadas, perceberam que o maior índice de discordância foi

encontrado nas perguntas voltadas aos arrendadores, além de que a maior parte dos usuários não concorda com um modelo híbrido para os arrendadores.

A pesquisa se diferencia em relação as anteriores pelo fato de possuir uma amostra de análise maior do que a dos outros trabalhos acadêmicos, analisando o setor de transportes da B3 e os dados a partir de um *checklist* oriundo do CPC 06 (R1, 2010), que busca verificar o nível de evidenciação das companhias pesquisadas. Além disso, como no início do 2019 haverá a aplicação da nova norma sobre arrendamentos, o estudo se diferencia dos demais por verificar como as empresas estão divulgando o impacto da nova regra de contabilização dos arrendamentos em suas demonstrações financeiras.

A escolha do setor de transporte é motivada por ser um setor com grande potencial para a ocorrência de arrendamentos, ainda mais pelo fato do setor aéreo ser o com o maior número de arrendamentos dentre todo o segmento.

A nova norma a IFRS 16 passa a tratar o *leasing* em modelo único, acabando a distinção de operacional e financeiro, isenção opcional para arrendamentos inferiores a 12 meses, além de isentar tal procedimento para itens que possuam baixo valor (igual ou inferior a US\$ 5.000,00) (KPMG, 2016).

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O TCC se divide em cinco capítulos, sendo que o primeiro é a Introdução, contextualizando o trabalho e sendo subdividido em: 1.1 Considerações iniciais, 1.2 Tema e problema, 1.3 Objetivos da pesquisa (objetivo gerais e objetivos específicos), 1.4 Justificativa, e 1.5 Organização do trabalho.

O segundo capítulo contém o Referencial Teórico que aborda o 2.1 Tratamento contábil dos arrendamentos mercantis e as 2.2 Pesquisas anteriores. O terceiro capítulo é composto pela Metodologia, sendo subdividido da seguinte forma: 3.1 Classificação da Pesquisa, 3.2 Período e Amostra da Pesquisa e 3.3 Coleta e Análise de dados.

O quarto capítulo contém os resultados da pesquisa, e por último o capítulo cinco apresenta a conclusão do trabalho com principais resultados da pesquisa e sugestões para as futuras pesquisas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DOS ARRENDAMENTOS MERCANTIS

O *leasing* é uma operação com características próprias, não sendo considerado como um financiamento. Já numa operação de financiamento por exemplo, o bem é de propriedade do recebedor, ainda que alienado, no momento da transação. O prazo mínimo para o arrendamento é de dois anos para bens com vida útil de até cinco anos e de três anos para os demais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Podendo ser realizada a quitação do *leasing* de acordo com os prazos mínimos previstos na legislação e na regulamentação (artigo 8º do Regulamento anexo à Resolução CMN 2.309, de 1996), fazendo com que o contrato não perca as características de arrendamento mercantil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Com o intuito de se adequar com as normas internacionais de contabilidade ou *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, foram publicadas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e emitido o pronunciamento técnico CPC 06 (2010), que estabelece, para arrendatários e arrendadores, políticas contábeis e divulgações apropriadas a aplicar em relação a arrendamentos mercantis (CPC, 2010).

Conforme Gallon *et al.* (2012), em virtude das alterações promovidas nas normas contábeis com objetivo de se adequar às IFRS, ocorreram mudanças na conceituação de ativo imobilizado (lei nº 6.404/76) em conjunto com as orientações do CPC 06, redefinindo o tratamento contábil referente ao *leasing* e impactando nos demonstrativos financeiros das empresas que possuem essa modalidade de financiamento.

De acordo com a Lei nº 11.638/07, ativo imobilizado pode ser definido como: "os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens". Assim, a partir da alteração da lei das S.A. passou-se a considerar um arrendamento financeiro como ativo registrado no Balanço Patrimonial da arrendatária.

Desse modo, com a Lei nº 11.638/07 o *leasing* deve ser tratado com o foco da essência sobre a forma, independentemente da propriedade jurídica do bem, fazendo com que o bem seja contabilizado como imobilizado (FIECAFI, 2017).



Conforme Schwalbach (2013), *off-balance sheet* é não reconhecer contabilmente no balanço das empresas os financiamentos obtidos ou arrendamentos. Como exemplo, o arrendamento operacional que a empresa não assume nenhum risco inerente a utilização desse bem arrendado conforme estipulado no contrato, ou seja, se tratando o *leasing* operacional a companhia possui os recursos necessários sem assumir obrigações financeiras adicionais.

Segundo o CPC 06 (2010) itens 4 e 8 o arrendamento mercantil é um acordo que possibilita o direito de utilizar um bem em troca de um ou vários pagamentos durante um período combinado. O arrendamento mercantil possui a classificação de financeiro quando o arrendador transfere os riscos e benefícios inerentes à propriedade, já para o arrendamento ser classificado como operacional ele não deve transferir os riscos e benefícios inerentes à propriedade (CPC, 2010).

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (2010), no início do arrendamento mercantil, os arrendatários realizam o reconhecimento dos valores, em contas específicas, fazendo com que esses arrendamentos mercantis financeiros sejam reconhecidos como ativos e passivos em seus balanços pelo menor preço entre o valor justo e o valor presente. Com relação à taxa de desconto para o cálculo do valor presente, utiliza-se a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil, caso contrário emprega-se a taxa incremental de financiamento do arrendatário (CPC, 2010).

"ao longo do tempo os pagamentos do *leasing* devem ser separados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto. O encargo financeiro deve ser contabilizado a cada mês durante o tempo de contrato de forma a resultar uma taxa de juros constante sobre o saldo do passivo. Entretanto os diversos pagamentos realizados devem ser contabilizados como despesa" (CPC 06, 2010, p. 9).

O arrendamento mercantil financeiro gera uma despesa com depreciação, apurada mensalmente, sendo que o reconhecimento da depreciação para os ativos depreciables tem como base o Pronunciamento Técnico CPC 27, que trata do ativo imobilizado. Além disso, se não tiver a certeza de que o arrendatário irá obter a propriedade após o término do contrato de arrendamento, esse ativo deverá ser totalmente depreciado durante o prazo do arrendamento mercantil ou de acordo com a vida útil do ativo, utilizando o menor entre os dois períodos. O valor depreciável do ativo arrendado deve ser tratado contabilmente da mesma forma que um ativo não arrendado, agindo conforme a política de depreciação (CPC, 2010).

Conforme o CPC 06 (2010, p. 11), "os pagamentos da prestação do arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidos como despesa durante o período de contrato do

*leasing* (mês a mês), exceto se outra base sistemática for mais representativa do padrão temporal do benefício do usuário".

Segundo Martins *et al.* (2013), os arrendamentos mercantis podem ser classificados como financeiro ou operacional, conforme suas características, entretanto classificação deve ser realizada no início do contrato.

Martins *et al.* (2013) destacam que o arrendamento mercantil financeiro transfere substancialmente os riscos e benefícios para o arrendatário, sendo que o título de propriedade do bem pode ou não ser transferido no final do prazo do contrato.

Conforme CPC 06 (2010), o arrendamento para ser classificado como financeiro ou operacional dependendo da essência da transação, conforme demonstrados nos itens 10 e 11 do respectivo CPC e apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Exemplos de caracterização de arrendamentos financeiros**

|   |
|---|
| - O arrendamento mercantil transfere a propriedade do ativo para o arrendatário ao término do contrato;   |
| - A opção de compra que o arrendatário pode exercer sobre esse ativo, por um valor menor do que o valor justo, na data que se torna exercível essa condição. Já descrita em contrato; |
| - Determinação de prazo do <i>leasing</i> , que é referente a maior vida econômica do ativo, mesmo não havendo a transferência da propriedade;  |
| - No início do arrendamento o valor presente dos pagamentos mínimos do <i>leasing</i> representa pelo menos todo o valor justo do ativo arrendado;                                    |
| - Se houver a possibilidade de cancelar o <i>leasing</i> pelo arrendatário, essas perdas do arrendador são arcadas pelo arrendatário;   |
| - Os ganhos e perdas ocasionados pela flutuação no valor justo do valor residual são atribuídos ao arrendatário;  |
| - O arrendatário tem a possibilidade de continuar com o arrendamento mercantil, em um período adicional, contanto que os pagamentos sejam inferiores ao valor de mercado.             |

Fonte: CPC 06 (2010).

O Quadro 1 mostra exemplos de situações em que o *leasing* deve ser considerado como financeiro, conforme os itens 10 e 11 do CPC 06 (2010).

O Quadro 2 apresenta o procedimento contábil em relação ao tratamento que a contabilidade deve trazer nas operações de arrendamento mercantil na visão da arrendatária.

**Quadro 2 - Contabilização do arrendamento financeiro pela arrendatária**

|   |
|---|
| <b>Tratamento Contábil pela Arrendatária</b>                                |
| <b>Contabilização Inicial</b>   |
| D: Veículo Arrendado (BP – ANC – Ativo Imobilizado – Imobilizado Arrendado) |
| D: Encargos Financeiros (BP – PC – Empréstimos e Financiamentos)            |
| D: Encargos Financeiros (BP – PNC – Empréstimos e Financiamentos)           |
| C: Financiamento Por Arrendamento (BP – PC – Empréstimos e Financiamentos)  |
| C: Financiamento Por Arrendamento (BP – PNC – Empréstimos e Financiamentos) |
| <b>Contabilização No Fim do Mês</b>   |
| <i>Pagamento da Prestação</i>   |
| D: Financiamento Por Arrendamento (BP – PC – Empréstimos e Financiamentos)  |

|  |
|--|
| C: Disponibilidades (BP – AC)  |
| <i>Reconhecimento da Despesa Financeira</i>  |
| D: Juros Pagos ou Incorridos (DRE – Resultado Financeiro Líquido – Despesas Financeiras)           |
| C: Encargos Financeiros a Transcorrer (BP – PC – Empréstimos e Financiamentos)                     |
| <i>Depreciação</i>   |
| D: Despesa C/ Depreciação (DRE - Despesas Operacionais)  |
| C: Depreciação Acumulada de Veículos Arrendados (BP – ANC – Ativo Imobilizado – Ativo Imobilizado) |

Fonte: Adaptado de Rover (2017, p 17-19).

O Quadro 2 traz o tratamento contábil de como a arrendatária deve realizar quando possui um arrendamento financeiro de um ativo imobilizado, mostrando todos os procedimentos desde a contabilização inicial até a contabilização no fim do mês.

O Quadro 3 apresenta o procedimento contábil em relação ao tratamento que a contabilidade deve trazer nas operações de arrendamento mercantil na visão do arrendador.

### Quadro 3 - Contabilização do arrendamento financeiro pelo arrendador

|  |
|--|
| <b>Tratamento Contábil pelo Arrendador</b>   |
| <b><u>Contabilização Inicial</u></b>   |
| D: Clientes (BP – AC – Contas a receber)   |
| D: Clientes á Longo Prazo (BP – ANC – Contas a receber a longo Prazo)  |
| C: Receitas Financeiras a Apropriar (BP – AC – Receitas Financeiras a Apropriar)                                     |
| C: Receitas Financeiras a Apropriar a Longo Prazo (BP – <b>ANC</b> – Receitas Financeiras a Apropriar a Longo Prazo) |
| C: Receita De Vendas (DRE – Resultado Financeiro Líquido – Receita de vendas)  |
| <b><u>Contabilização No Fim do Mês</u></b>   |
| <i>Recebimento da Prestação</i>  |
| D: Receitas Financeiras a Apropriar (BP – AC – Receitas Financeiras a Apropriar)                                     |
| C: Receita Financeiras (DRE – Resultado Financeiro Líquido – Receita Financeiras)                                    |
| <i>Contabilização do recebimento</i>   |
| D: Disponibilidades (BP – AC)  |
| C: Clientes (BP – AC – Contas a receber)   |

Fonte: Batista (2013).

O Quadro 3 traz o tratamento contábil de como o arrendador deve realizar quando a companhia realiza o arrendamento financeiro de um bem, mostrando todos os procedimentos desde a contabilização inicial até a contabilização no fim do mês.

O Quadro 4 apresenta o procedimento contábil em relação ao tratamento que a contabilidade deve trazer nas operações de arrendamento mercantil operacional pela visão da arrendatária e do arrendador.

### Quadro 4 - Contabilização do arrendamento operacional pela arrendatária e arrendador

|  |
|--|
| <b>Tratamento Contábil pela Arrendatária</b>             |
| <i>Provisão do Arrendamento</i>                          |
| D: Despesa C/ Arrendamento (DRE – Despesas Operacionais) |
| C: Arrendamento à Pagar (BP – PC – Contas a pagar)       |
| <i>Pagamento do Arrendamento</i>                         |
| D: Arrendamento à Pagar (BP – PC – Contas a pagar)       |
| C: Disponibilidades (BP – AC)                            |
| <b>Tratamento Contábil Pelo Arrendador</b>               |
| <i>Reconhecimento da Receita</i>                         |

|   |
|---|
| D: Clientes (BP – AC – Contas a receber)  |
| C: Receita de Arrendamento (DRE – Resultado Financeiro Líquido – Receita de arrendamento) |
| <i>Recebimento da Receita</i>   |
| D: Disponibilidades (BP – AC)   |
| C: Clientes (BP – AC – Contas a receber)  |

Fonte: Batista (2013).

O Quadro 4 traz o tratamento contábil de como a arrendatária e o arrendador devem realizar quando possuem arrendamento operacional de um ativo, mostrando todos os procedimentos desde a contabilização inicial até a contabilização no fim do mês.

A partir de 2019 com a mudança do tratamento contábil em relação ao arrendamento mercantil, conforme as propostas do IASB e FASB, tem-se uma única abordagem para todos os *leasings*, requerendo que os arrendatários registrem a maior parte dos seus arrendamentos de acordo com a abordagem do *leasing* financeiro (WEIL; SCHIPPER; FRANCIS, 2015).

Segundo a PWC (2017) a nova norma dispõe que se reconheça praticamente todos os contratos de arrendamento nos balanços patrimoniais das empresas arrendatárias. Essa nova prática exhibe um único modelo de arrendamento mercantil, acabando com a distinção dos *leasings* financeiro e operacional. Essa forma de contabilizar mostra uma mudança em relação a contabilização realizada atualmente, seguindo as diretrizes do IAS 17, conforme mostra a Figura 1.

| Apresentação              | Contabilização de arrendamento operacional | Contabilização de arrendamento financeiro | Contabilização de arrendamento mercantil |
|---------------------------|--|---|--|
| Ativo                     | Nenhum ativo reconhecido                   | Ativo imobilizado                         | Direito de uso do ativo                  |
| Passivo                   | Nenhum passivo reconhecido                 | Passivo de arrendamento                   | Passivo de arrendamento                  |
| Demonstração do resultado | Despesa de arrendamento operacional        | Depreciação e despesa financeira          | Depreciação e despesa financeira         |
|                           | IAS 17                                     |   | IFRS 16                                  |

Fonte: PWC (2017).

**Figura 1** - Apresentação de contabilização de arrendamento

Com a IFRS 16, são afetados alguns coeficientes financeiros e de desempenho como EBITDA, Lucro Por Ação, Lucro líquido, Retorno Sobre Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa Operacional, entre outros. Essas mudanças podem ocasionar alterações em cláusulas de empréstimo e nos seus custos, fazendo com que impacte as companhias decidirem sobre se compensa arrendar ou comprar o ativo (PWC, 2017).

O Quadro 5 apresenta como se realiza o procedimento contábil em relação às operações de arrendamento mercantil na visão da arrendatária, com a aplicação da IFRS 16.

**Quadro 5 - Contabilização do arrendamento pela arrendatária conforme a IFRS 16**

|  |
|--|
| <b>Tratamento Contábil pela Arrendatária</b>   |
| <b><u>Contabilização Inicial</u></b>   |
| D: Veículo Arrendado (BP – ANC – Ativo Imobilizado – Imobilizado Arrendado)                        |
| D: Encargos Financeiros (BP – PC – Empréstimos e Financiamentos)                                   |
| D: Encargos Financeiros (BP – PNC – Empréstimos e Financiamentos)                                  |
| C: Financiamento Por Arrendamento (BP – PC – Empréstimos e Financiamentos)                         |
| C: Financiamento Por Arrendamento (BP – PNC – Empréstimos e Financiamentos)                        |
| <b><u>Contabilização No Fim do Mês</u></b>   |
| <i>Pagamento da Prestação</i>  |
| D: Financiamento Por Arrendamento (BP – PC – Empréstimos e Financiamentos)                         |
| C: Disponibilidades (BP – AC)  |
| <i>Reconhecimento da Despesa Financeira</i>  |
| D: Juros Pagos ou Incorridos (DRE – Resultado Financeiro Líquido – Despesas Financeiras)           |
| C: Encargos Financeiros a Transcorrer (BP – PC – Empréstimos e Financiamentos)                     |
| <i>Depreciação</i>   |
| D: Despesa C/ Depreciação (DRE – Despesas Operacionais)  |
| C: Depreciação Acumulada de Veículos Arrendados (BP – ANC – Ativo Imobilizado – Ativo Imobilizado) |

Fonte: Adaptado de Rover (2017, p 17-19).

O Quadro 5 mostra o tratamento contábil realizado pela arrendatária, indicando desde a contabilização inicial até a contabilização no fim do mês, sendo o modelo da IFRS 16 semelhante ao aplicado nas operações de arrendamentos financeiros.

O Quadro 6 apresenta o procedimento contábil em relação ao tratamento que a contabilidade deve trazer nas operações de arrendamento mercantil na visão do arrendador, já aplicando a nova norma.

**Quadro 6 - Contabilização do arrendamento pelo arrendador conforme a IFRS 16**

|  |
|--|
| <b>Tratamento Contábil pelo Arrendador</b>   |
| <b><u>Contabilização Inicial</u></b>   |
| D: Clientes (BP – AC – Contas a receber)   |
| D: Clientes a Longo Prazo (BP – ANC – Contas a receber a longo Prazo)  |
| C: Receitas Financeiras a Apropriar (BP – AC – Receitas Financeiras a Apropriar)                             |
| C: Receitas Financeiras a Apropriar a Longo Prazo (BP – AC – Receitas Financeiras a Apropriar a Longo Prazo) |
| C: Receita De Vendas (DRE – Resultado Financeiro Líquido – Receita de vendas)                                |
| <b><u>Contabilização No Fim do Mês</u></b>   |
| <i>Recebimento da Prestação</i>  |
| D: Receitas Financeiras a Apropriar (BP – AC – Receitas Financeiras a Apropriar)                             |
| C: Receita Financeiras (DRE – Resultado Financeiro Líquido – Receita Financeiras)                            |
| <i>Contabilização do recebimento</i>   |
| D: Disponibilidades (BP – AC)  |
| C: Clientes (BP – AC – Contas a receber)   |

Fonte: Batista (2013).

O Quadro 6 apresenta como o arrendador deve realizar o tratamento contábil quando a companhia realiza um arrendamento de um bem, mostrando todos os procedimentos desde a contabilização inicial até a contabilização no fim do mês.

## 2.2 PESQUISAS SEMELHANTES

O Quadro 7 apresenta os diversos estudos realizados no Brasil sobre o tema arrendamento mercantil, tanto financeiro quanto operacional.

**Quadro 7** - Autores e objetivos de pesquisas semelhantes

| <b>Autores</b>                        | <b>Objetivos</b>   |
|---------------------------------------|--|
| Souza e Famá (1997)                   | Mostrar o <i>leasing</i> como instrumento financeiro de desenvolvimento econômico.   |
| Marques (1999)                        | Evidenciar a contabilização do <i>leasing</i> financeiro na arrendatária, comparando a metodologia aplicada no Brasil e nas normas internacionais e o reflexo nas demonstrações contábeis.   |
| Niyama <i>et al.</i> (2002)           | Avaliar os pontos de aderência das novas disposições contábeis brasileiras sobre o <i>leasing</i> em relação às normas internacionais.   |
| Santos <i>et al.</i> (2007)           | Descrever, analisar e comparar a evidenciação contábil quando aplicada as NIC e as normas fiscais vigentes no Brasil sobre o arrendamento mercantil.   |
| Araújo <i>et al.</i> (2012)           | Verificar se as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de empresas do setor de Construção e Transporte da Bovespa evidenciam suas informações segundo os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação apresentados pelo pronunciamento CPC 06, no período de 2006 a 2010. |
| Schossler (2012)                      | Verificar os impactos causados pelas mudanças no tratamento contábil do arrendamento mercantil nas demonstrações da GOL e da Petrobras.  |
| Bashi e Molla (2013)                  | Compreender quais são as consequências das novas normas para o <i>leasing</i> financeiro para as empresas que utilizam os contratos de locação IFRS e operacionais, a fim de descobrir se eles têm feito qualquer preparação no sentido de aproximar-se dessas novas normas.                               |
| Batista e Formigoni (2013)            | Investigar como as mudanças propostas no ED/2010/9 impactariam as demonstrações contábeis e os indicadores financeiros das companhias abertas brasileiras arrendatárias de operações de arrendamento mercantil operacional.  |
| Coelho (2013)                         | Investigar a diferença no registro de arrendamento mercantil financeiro por arrendadoras brasileiras pela aplicação do padrão contábil do pronunciamento técnico CPC 06 e do padrão Banco Central (BACEN).   |
| Krüger e Borba (2013)                 | Verificar se as empresas listadas na BM&FBOVESPA pertencentes ao segmento Novo Mercado, que possuem operações de arrendamento mercantil financeiro no ano de 2009, divulgaram as características do arrendamento em Notas Explicativas em conformidade com o que preconiza o CPC 06.                       |
| Martins, Machado e Machado (2013)     | Analisar o <i>value relevance</i> das informações referentes às operações de <i>leasing</i> operacional, tidas como <i>off-balance sheet</i> .   |
| Matos e Niyama (2013)                 | Analisar as propostas do ED/2010/9 sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação, bem como identificar e avaliar o nível de concordância/discordância dos usuários perante tal proposta.   |
| Beuren <i>et al.</i> (2014)           | Mensurar o nível de evidenciação das informações relativas ao arrendamento mercantil financeiro, exigidas pelo CPC 06 (R1), das empresas listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.  |
| Ribeiro, Reis e Pinheiro (2014)       | Verificar se houve impacto da mudança contábil no reconhecimento de ativos nas operações de arrendamento mercantil.  |
| Vasconcelos Neto <i>et al.</i> (2014) | Verificar o nível de conformidade de reconhecimento, mensuração e evidenciação das Demonstrações Contábeis do Arrendador, para efeitos de divulgação das operações de Arrendamento Mercantil, com os critérios apresentados pelo pronunciamento CPC 06, no exercício social de 2012.                       |
| Deziderio (2016)                      | Identificar características relacionadas ao nível de evidenciação do arrendamento mercantil nas companhias de capital aberto brasileiras.  |
| Ribeiro (2017)                        | Demonstrar o possível impacto na estrutura patrimonial, após adoção da IFRS 16, nas empresas do setor aéreo listadas na BM&FBovespa.   |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir de análises de trabalhos anteriores, destacam-se os estudos de Beuren *et al.* (2014), Deziderio (2016) e Ribeiro (2017) que são os trabalhos acadêmicos que mais se assemelham em relação ao desenvolvimento dessa pesquisa.

Conforme Beuren *et al.* (2014), constataram que os índices médios de divulgação de 2010 e 2011 são baixos, já que a maioria das empresas não evidenciou nenhum dos itens listados no CPC 06 (2010) e as outras empresas evidenciaram apenas 11,11% das informações mínimas solicitadas pelo respectivo CPC.

Do mesmo modo, os resultados de Vasconcelos Neto *et al.* (2014) apresentaram que apenas 18% das empresas da amostra estão atendendo aos critérios de evidenciação de arrendamento financeiro, fato ocasionado pela falta de informes qualificados e tempestivos, de caráter relevante para o processo de tomada de decisões. Além de que 33% das empresas evidenciaram a conciliação entre o investimento bruto no *leasing* entre o final do período e o seu valor presente. Outro ponto de destaque no resultado da pesquisa foi que somente 8% das empresas realizavam a evidenciação da provisão para pagamentos mínimos incobráveis do arrendamento mercantil a receber.

Deziderio (2016) calculou um índice de evidenciação para as companhias brasileiras e com base nos resultados, verificou que o índice de arrendamento financeiro apresentou um maior nível de evidenciação em relação ao arrendamento operacional. A pesquisa apresentou como destaque o setor de Locação de Veículos com uma alta média de evidenciação, e em relação as companhias que negociam com a *American Depositary Receipt* (ADRs) salienta-se que possuem uma média de evidenciação maior do que as empresas que não negociam.

Ribeiro (2017) concluiu que as companhias aéreas listadas na BM&FBovespa, a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., terão significativa mudança na estrutura patrimonial por causa da IFRS 16, impactando o volume de arrendamentos, afetando principalmente a Gol por possuir uma maior quantidade de contratos operacionais.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, este estudo se caracteriza como: descritivo, pois descreve a situação das empresas pesquisadas referente à divulgação do arrendamento mercantil; e documental, já que as informações provêm de notas explicativas das empresas oriundas de demonstrativos contábeis. Além disso, a pesquisa se classifica com abordagem qualitativa e quantitativa, a partir da análise e interpretação das notas explicativas e também análise estatística por meio de estatísticas descritivas.

#### 3.2 PERÍODO E AMOSTRA DA PESQUISA

O período investigado compreende os exercícios sociais de 2013, 2014, 2015 e 2016. Já a amostra da pesquisa contempla as 41 empresas, listadas na B3 referentes ao setor de transporte. A escolha do setor de transporte é motivada pela possibilidade deste setor conter grande quantidade de arrendamentos nas demonstrações nas companhias analisadas e pelo fato do subsetor aéreo possuir um grande número de arrendamentos, conforme destacado por pesquisas anteriores.

A quantidade de empresas da amostra da pesquisa é apresentada na Tabela 1, que classifica as companhias por segmento e mostra o tamanho da amostra durante o período estudado.

**Tabela 1 - Número da amostra das empresas estudadas**

| Segmentos                       | Quantidade de empresas 2013 | Quantidade de empresas 2014 | Quantidade de empresas 2015 | Quantidade de empresas 2016 |
|---------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Serviços de Apoio e Armazenagem | 7                           | 7                           | 7                           | 6                           |
| Exploração de Rodovias          | 19                          | 19                          | 19                          | 18                          |
| Transporte Aéreo                | 2                           | 2                           | 2                           | 2                           |
| Transporte Ferroviário          | 7                           | 7                           | 7                           | 6                           |
| Transporte Hidroviário          | 3                           | 3                           | 3                           | 2                           |
| Transporte Rodoviário           | 2                           | 2                           | 2                           | 2                           |
| <b>Total</b>                    | <b>40</b>                   | <b>40</b>                   | <b>40</b>                   | <b>36</b>                   |

Fonte: Elaborado pelo autor.



Na Tabela 1, no ano de 2016, a ALL América Latina Logística S.A., Arteris S.A, Cia. Docas de Imbituba, LATAM Airlines Group S.A. e a Hidrovias do Brasil S.A. não estavam mais listadas na B3, fazendo com que o tamanho da amostra fosse reduzido no último ano analisado. Em contrapartida, neste mesmo ano, a Azul S.A passou a ser listada na bolsa de valores.

Na sequência, o Quadro 8 mostra as empresas analisadas neste estudo, divididas nos seguintes segmentos: Serviços de Apoio e Armazenagem, Exploração de Rodovias, Transporte Aéreo, Transporte Ferroviário, Transporte Hidroviário, e Transporte Rodoviário.

**Quadro 8 - Nomes das empresas estudadas**

| Segmento                        | Nome da empresa                                    |
|---------------------------------|--|
| Serviços de Apoio e Armazenagem | CIA DOCAS DE IMBITUBA                              |
|                                 | CONC DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.  |
|                                 | LIBRA TERMINAL RIO S.A.                            |
|                                 | NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.                      |
|                                 | PRUMO LOGÍSTICA S.A.                               |
|                                 | SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.                   |
|                                 | WILSON SONS LTD.                                   |
| Exploração de Rodovias          | ARTERIS S.A.                                       |
|                                 | CCR S.A.   |
|                                 | CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.                      |
|                                 | CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.                       |
|                                 | CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.                          |
|                                 | CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.-ECOPISTAS  |
|                                 | CONC ROD OSORIO-PORTO ALEGRE S.A-CONCEPA           |
|                                 | CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.                    |
|                                 | CONC RODOVIA PRES. DUTRA S.A.                      |
|                                 | CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A.                        |
|                                 | CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.                       |
|                                 | CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN           |
|                                 | ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.             |
|                                 | ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.        |
|                                 | EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A. ECONORTE          |
|                                 | INVESTIMENTOS E PARTICIP. EM INFRA S.A. - INVEPAR  |
|                                 | RODOVIAS DAS COLINAS S.A.                          |
|                                 | TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.             |
|                                 | TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.                |
| Transporte Aéreo                | AZUL S.A.  |
|                                 | GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.                |
|                                 | LATAM AIRLINES GROUP S.A.                          |
| Transporte Ferroviário          | ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.    |
|                                 | ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. |
|                                 | ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A.                  |
|                                 | COSAN LOGISTICA S.A.                               |
|                                 | FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.                     |
|                                 | MRS LOGISTICA S.A.                                 |
|                                 | RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.           |
| Transporte Hidroviário          | HIDROVIAS DO BRASIL S.A.                           |

|                       |                                  |
|-----------------------|----------------------------------|
| Transporte Rodoviário | LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A. |
|                       | TREVISA INVESTIMENTOS S.A.       |
|                       | JSL S.A.                         |
|                       | TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.      |

Fonte: Elaborado pelo autor.

No Quadro 8 são apresentados quais são as 41 companhias estudadas referente ao setor de transportes da B3, mostrando a subdivisão em segmentos e quais empresas constituem cada setor, tendo destaque com maior número de companhias o segmento de Exploração de Rodovias.

### 3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para verificar a viabilidade da escolha para a realização da pesquisa do setor selecionado para pesquisa, buscou-se inicialmente verificar se as empresas daquele setor apresentavam arrendamentos mercantis. Assim, foram identificadas quantas vezes apareciam as palavras *leasing* ou arrendamento mercantil nas notas explicativas das empresas selecionadas. A Tabela 2 mostra a quantidade de ocorrências das palavras escolhidas, validando o setor de transporte para coleta dos dados desta pesquisa.

**Tabela 2 – Validação do setor selecionado**

| Segmentos                       | Nome da Empresa                                   | Arrendamento | Leasing | Total - Notas Explicativas de 2014 |
|---------------------------------|---|--------------|---------|------------------------------------|
| Serviços de Apoio e Armazenagem | CIA DOCAS DE IMBITUBA                             | 4            | 0       | 4                                  |
|                                 | CONC DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. | 0            | 0       | 0                                  |
|                                 | LIBRA TERMINAL RIO S.A.                           | 6            | 0       | 6                                  |
|                                 | NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.                     | 0            | 0       | 0                                  |
|                                 | PRUMO LOGÍSTICA S.A.                              | 4            | 0       | 0                                  |
|                                 | SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.                  | 50           | 8       | 58                                 |
|                                 | WILSON SONS LTD.                                  | 39           | 13      | 52                                 |
| Exploração de Rodovias          | ARTERIS S.A.                                      | 12           | 4       | 16                                 |
|                                 | CCR S.A.  | 12           | 1       | 13                                 |
|                                 | CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.                     | 0            | 0       | 0                                  |
|                                 | CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.                      | 2            | 0       | 2                                  |
|                                 | CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.                         | 0            | 0       | 0                                  |
|                                 | CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.-ECOPISTAS | 1            | 0       | 1                                  |
|                                 | CONC ROD OSORIO-PORTO ALEGRE S.A-CONCEPA          | 0            | 0       | 0                                  |
|                                 | CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A                    | 6            | 2       | 8                                  |
|                                 | CONC RODOVIA PRES. DUTRA S.A.                     | 7            | 0       | 7                                  |
|                                 | CONC RODOVIAS DO TIETÊ S.A.                       | 0            | 0       | 0                                  |
|                                 | CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.                      | 10           | 0       | 10                                 |

|                        |  |    |    |            |
|------------------------|--|----|----|------------|
|                        | CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN           | 7  | 1  | <b>8</b>   |
|                        | ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.             | 4  | 0  | <b>4</b>   |
|                        | ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.        | 5  | 0  | <b>5</b>   |
|                        | EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A.ECONORTE           | 0  | 0  | <b>0</b>   |
|                        | INVESTIMENTOS E PARTICIP. EM INFRA S.A. - INVEPAR  | 4  | 0  | <b>4</b>   |
|                        | RODOVIAS DAS COLINAS S.A.                          | 0  | 0  | <b>0</b>   |
|                        | TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.             | 13 | 0  | <b>13</b>  |
|                        | TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.                | 0  | 2  | <b>2</b>   |
| Transporte Aéreo       | GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.                | 72 | 1  | <b>73</b>  |
|                        | LATAM AIRLINES GROUP S.A.                          | 63 | 57 | <b>120</b> |
| Transporte Ferroviário | ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.    | 47 | 0  | <b>47</b>  |
|                        | ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. | 0  | 0  | <b>0</b>   |
|                        | ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A.                  | 72 | 1  | <b>73</b>  |
|                        | COSAN LOGISTICA S.A.                               | 11 | 0  | <b>11</b>  |
|                        | FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.                     | 43 | 0  | <b>43</b>  |
|                        | MRS LOGISTICA S.A.                                 | 35 | 0  | <b>35</b>  |
|                        | RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.           | 11 | 0  | <b>11</b>  |
| Transporte Hidroviário | HIDROVIAS DO BRASIL S.A.                           | 1  | 0  | <b>1</b>   |
|                        | LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.                   | 7  | 0  | <b>7</b>   |
|                        | TREVISA INVESTIMENTOS S.A.                         | 0  | 0  | <b>0</b>   |
| Transporte Rodoviário  | JSL S.A.   | 31 | 18 | <b>49</b>  |
|                        | TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.                        | 19 | 2  | <b>21</b>  |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 2 teve como intuito analisar se a amostra analisada é adequada para realização do estudo. A partir da análise inicial foi constatado que essa coleta inicial é considerada adequada, pois no setor de transporte praticamente todas empresas apresentam informações sobre arrendamento o *leasing*.

Após essa fase inicial, foi elaborado um *checklist* com base no pronunciamento técnico CPC 06 (2010), com o propósito de verificar se as empresas seguem as normas contábeis referentes à contabilização do arrendamento.

O Quadro 9 apresenta o *checklist* elaborado para analisar o índice de evidenciação das empresas estudadas, verificando se atendem ao CPC 06 (2010).

**Quadro 9** - *Checklist* completo utilizado na pesquisa

|  |
|--|
| <b>Financeiro</b>  |
| Para cada categoria de ativo, o valor contábil líquido ao final do período;  |
| Conciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao final do período e o seu valor presente.   |
| Além disso, a entidade deve divulgar o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao final do período, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:  |
| Até um ano;  |
| Mais de um ano e até cinco anos;   |
| Mais de cinco anos;  |
| Pagamentos contingentes reconhecidos como despesa durante o período;   |
| Valor, no final do período, referente ao total dos futuros pagamentos mínimos de subarrendamento mercantil que se espera sejam recebidos nos subarrendamentos mercantis não canceláveis; |
| Descrição geral dos acordos materiais de arrendamento mercantil do arrendatário incluindo, mas não se limitando ao seguinte:   |
| Base pela qual é determinado o pagamento contingente a efetuar;  |
| Existência e condições de opções de renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento; e   |
| Restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil.     |
| <b>Operacional</b>   |
| Total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos:   |
| Até um ano;  |
| Mais de um ano e até cinco anos;   |
| Mais de cinco anos;  |
| Total dos pagamentos mínimos futuros de subarrendamento mercantil que se espera que sejam recebidos nos subarrendamentos mercantis não canceláveis ao final do período;                  |
| Pagamentos de arrendamento mercantil e de subarrendamento mercantil reconhecidos como despesa do período, com valores separados para:  |
| Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil   |
| Pagamentos contingentes  |
| Pagamentos de subarrendamento mercantil  |
| Descrição geral dos acordos de arrendamento mercantil significativos do arrendatário, incluindo, mas não se limitando ao seguinte:   |
| Base pela qual é determinado o pagamento contingente;  |
| Existência e termos de renovação ou de opções de compra e cláusulas de reajustamento; e  |
| Restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil.     |

Fonte: Elaborado pelo autor.

O *checklist* foi elaborado como uma ferramenta de pesquisa para verificar o índice de evidenciação das companhias listadas na B3 do setor de transporte, tendo como diretrizes para a sua criação o CPC 06 (2010). Com isso, a partir do *checklist* foi possível verificar o índice de evidenciação das 40 empresas estudadas, tanto do arrendamento financeiro quanto do arrendamento operacional entre 2013 a 2015 e 36 companhias no ano de 2016.

A limitação do *checklist* ocorre nas situações em que as companhias estudadas não possuem arrendamento em nenhuma modalidade.

Por fim, a partir da análise das informações contidas nas notas explicativas e seguindo as diretrizes do *checklist* foi possível gerar um índice de evidenciação, e por meio desse indicador calcular estatísticas descritivas como média, máximo, mínimo e desvio padrão.

#### 4 RESULTADOS DA PESQUISA

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas do arrendamento mercantil financeiro entre os anos de 2013 a 2016.

**Tabela 3 - Evidenciação arrendamento mercantil financeiro**

| Segmentos                       | Ano  | N. Empresas | Média | Máximo | Mínimo | Desvio Padrão |
|---------------------------------|------|-------------|-------|--------|--------|---------------|
| Exploração de Rodovias          | 2013 | 11          | 0,32  | 0,71   | 0      | 0,31          |
|                                 | 2014 | 8           | 0,19  | 0,71   | 0      | 0,26          |
|                                 | 2015 | 6           | 0,13  | 0,71   | 0      | 0,22          |
|                                 | 2016 | 6           | 0,13  | 0,71   | 0      | 0,23          |
| Serviços de Apoio e Armazenagem | 2013 | 2           | 0,27  | 1,00   | 0      | 0,45          |
|                                 | 2014 | 2           | 0,27  | 1,00   | 0      | 0,45          |
|                                 | 2015 | 2           | 0,27  | 1,00   | 0      | 0,45          |
|                                 | 2016 | 2           | 0,19  | 0,71   | 0      | 0,31          |
| Transporte Aéreo                | 2013 | 2           | 0,50  | 0,57   | 0,43   | 0,10          |
|                                 | 2014 | 2           | 0,50  | 0,57   | 0,43   | 0,10          |
|                                 | 2015 | 2           | 0,57  | 0,57   | 0,57   | 0,00          |
|                                 | 2016 | 2           | 0,71  | 0,86   | 0,57   | 0,20          |
| Transporte Ferroviário          | 2013 | 6           | 0,41  | 0,71   | 0      | 0,28          |
|                                 | 2014 | 6           | 0,41  | 0,71   | 0      | 0,28          |
|                                 | 2015 | 6           | 0,49  | 0,71   | 0      | 0,26          |
|                                 | 2016 | 6           | 0,52  | 0,71   | 0,14   | 0,20          |
| Transporte Hidroviário          | 2013 | 0           | 0     | 0      | 0      | 0             |
|                                 | 2014 | 0           | 0     | 0      | 0      | 0             |
|                                 | 2015 | 0           | 0     | 0      | 0      | 0             |
|                                 | 2016 | 0           | 0     | 0      | 0      | 0             |
| Transporte Rodoviário           | 2013 | 1           | 0,29  | 0,57   | 0      | 0,40          |
|                                 | 2014 | 1           | 0,29  | 0,57   | 0      | 0,40          |
|                                 | 2015 | 1           | 0,29  | 0,57   | 0      | 0,40          |
|                                 | 2016 | 1           | 0,21  | 0,43   | 0      | 0,30          |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados apresentados na Tabela 3, observa-se que a média de evidenciação nos segmentos analisados são relativamente baixas. O segmento que possui arrendamento mercantil financeiro com a melhor média de evidenciação é o Transporte Aéreo com 0,71 no ano de 2016, com a empresa Azul S.A obtendo maior evidenciação da amostra total no ano de 2016. A companhia

O Transporte Ferroviário teve a segunda melhor média de evidenciação ao longo do período estudado, possuindo sua melhor média de evidenciação no ano de 2016 com 0,52. Entre as 41 empresas analisadas tendo como objeto de estudo os períodos de 2013 a 2016, a Santos Brasil Participações S.A foi única companhia que atendeu a todos os quesitos do *checklist* de arrendamento mercantil financeiro, sendo que este fato ocorreu entre os anos de 2013 a 2015.

Já no ano de 2016, a Azul S.A. foi a única companhia que chegou próximo desse nível, registrando um índice de 0,86. Por outro lado, o segmento de Transporte Hidroviário não teve arrendamento financeiro nos quatros anos estudados.

A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas do arrendamento mercantil operacional entre os anos de 2013 a 2016.

**Tabela 4** - Evidenciação arrendamento mercantil operacional

| Segmentos                              | Ano  | N. Empresas | Média | Máximo | Mínimo | Desvio Padrão |
|--|------|-------------|-------|--------|--------|---------------|
| <b>Exploração de Rodovias</b>          | 2013 | 4           | 0,09  | 0,80   | 0      | 0,21          |
|  | 2014 | 4           | 0,06  | 0,40   | 0      | 0,13          |
|  | 2015 | 4           | 0,05  | 0,40   | 0      | 0,11          |
|  | 2016 | 3           | 0,04  | 0,40   | 0      | 0,11          |
| <b>Serviços de Apoio e Armazenagem</b> | 2013 | 5           | 0,34  | 0,80   | 0      | 0,30          |
|  | 2014 | 5           | 0,34  | 0,80   | 0      | 0,30          |
|  | 2015 | 5           | 0,43  | 0,80   | 0      | 0,34          |
|  | 2016 | 4           | 0,30  | 0,80   | 0      | 0,30          |
| <b>Transporte Aéreo</b>                | 2013 | 2           | 0,44  | 0,60   | 0,29   | 0,22          |
|  | 2014 | 2           | 0,44  | 0,60   | 0,29   | 0,22          |
|  | 2015 | 2           | 0,51  | 0,60   | 0,43   | 0,12          |
|  | 2016 | 2           | 0,80  | 1,00   | 0,60   | 0,28          |
| <b>Transporte Ferroviário</b>          | 2013 | 7           | 0,29  | 0,57   | 0,00   | 0,25          |
|  | 2014 | 7           | 0,29  | 0,57   | 0,00   | 0,25          |
|  | 2015 | 7           | 0,37  | 0,57   | 0,00   | 0,22          |
|  | 2016 | 6           | 0,36  | 0,43   | 0,00   | 0,17          |
| <b>Transporte Hidroviário</b>          | 2013 | 1           | 0     | 0      | 0      | 0             |
|  | 2014 | 1           | 0     | 0      | 0      | 0             |
|  | 2015 | 1           | 0     | 0      | 0      | 0             |
|  | 2016 | 1           | 0     | 0      | 0      | 0             |
| <b>Transporte Rodoviário</b>           | 2013 | 2           | 0,21  | 0,43   | 0,00   | 0,30          |
|  | 2014 | 2           | 0,21  | 0,43   | 0,00   | 0,30          |
|  | 2015 | 2           | 0,21  | 0,43   | 0,00   | 0,30          |
|  | 2016 | 2           | 0,14  | 0,29   | 0,00   | 0,20          |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados apresentados na Tabela 4, observa-se que a média de evidenciação no setor analisado é relativamente baixa, seguindo a mesma tendência vista no arrendamento mercantil financeiro. O segmento que possui arrendamento mercantil financeiro com a melhor média de evidenciação continua sendo o Transporte Aéreo com 0,80 no ano de 2016, com a empresa Azul S.A. registrando maior evidenciação da amostra no ano de 2016.

Do segmento de Transporte Hidroviário a Log In Logística Intermodal S.A foi a única das três companhias analisadas deste segmento que mencionou arrendamento mercantil operacional no período estudado. Entretanto, suas notas explicativas não apresentaram

informações relacionadas ao *checklist* de arrendamento mercantil operacional. Os Serviços de apoio e armazenagem teve a segunda melhor média de evidenciação entre 2013 a 2015, possuindo sua melhor média de evidenciação no ano de 2015 com 0,43. Somente no ano de 2016 que a segunda melhor média de evidenciação muda de setor passando a ser de Transporte Ferroviário com 0,36. Entre as 41 empresas investigadas, no período de 2013 a 2016, a Azul S.A. foi única companhia que atendeu a todos os quesitos do *checklist* de arrendamento mercantil operacional, tendo obtido 100% de evidenciação no ano de 2016.

Em relação às Tabelas 3 e 4, ressalta-se que as companhias podem não ter evidenciação por dois motivos: a não ocorrência de arrendamento em suas demonstrações ou a falta de divulgação sobre o *leasing*.

A Tabela 5 apresenta o *ranking* geral das dez empresas que mais evidenciaram por ano. Este *ranking* foi elaborado com base nos dados gerados a partir da análise das informações do *checklist*.

**Tabela 5 - Ranking geral das 10 empresas com melhor evidenciação**

| 2013 |      |  | 2014 |                                     | 2015 |   | 2016 |   |
|------|------|--|------|-------------------------------------|------|---|------|---|
|      | IE * | Empresa                                  | IE * | Empresa                             | IE * | Empresa   | IE * | Empresa                                     |
| 1°   | 0,80 | Santos Brasil Participações S.A.         | 0,77 | Wilson Sons LTD                     | 0,77 | Wilson Sons LTD                                   | 0,85 | Azul S.A.                                   |
| 2°   | 0,80 | Wilson Sons LTD.                         | 0,69 | Santos Brasil Participações S.A.    | 0,69 | Santos Brasil Participações S.A.                  | 0,69 | Wilson Sons LTD                             |
| 3°   | 0,60 | ALL - Malha Paulista S.A.                | 0,57 | ALL - Malha Paulista S.A.           | 0,57 | ALL - Malha Paulista S.A.                         | 0,54 | Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.         |
| 4°   | 0,60 | CCR S.A.                                 | 0,54 | Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. | 0,54 | Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.               | 0,43 | ALL - Malha Paulista S.A.                   |
| 5°   | 0,57 | Conc Rod.Oeste SP Viaoeste S.A.          | 0,54 | TPI - S.A.                          | 0,43 | ALL S.A.  | 0,38 | CCR S.A.                                    |
| 6°   | 0,57 | Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.      | 0,43 | ALL S.A.                            | 0,43 | Latam Airlines Group S.A.                         | 0,38 | Conc Rod.Oeste SP Viaoeste S.A.             |
| 7°   | 0,43 | ALL S.A.                                 | 0,38 | Conc Rod.Oeste SP Viaoeste S.A.     | 0,38 | Conc Rod.Oeste SP Viaoeste S.A.                   | 0,38 | Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. |
| 8°   | 0,43 | Conc Rodovia Pres. Dutra S.A.            | 0,29 | ALL - Malha Norte S.A.              | 0,31 | Conc do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. | 0,38 | Santos Brasil Participações S.A.            |
| 9°   | 0,40 | Conc Sist Anhang-Bandeirant S.A. Autoban | 0,29 | JSL S.A.                            | 0,29 | ALL - Malha Norte S.A.                            | 0,29 | ALL - Malha Norte S.A.                      |



|     |      |   |      |              |      |                         |      |                         |
|-----|------|---|------|--------------|------|-------------------------|------|-------------------------|
| 10° | 0,40 | Ecorodovias<br>Infraestrutura e<br>Logística S.A. | 0,23 | Arteris S.A. | 0,29 | Cosan Logística<br>S.A. | 0,29 | Cosan Logística<br>S.A. |
|-----|------|---|------|--------------|------|-------------------------|------|-------------------------|

Fonte: Elaborado pelo autor.

\* IE Índices de evidenciação

Com base nos dados analisados, a Tabela 5 foi constituída a partir dos melhores índices de evidenciação do *checklist* e caso houvesse empate entre as empresas a definição das posições foram conforme ordem alfabética. Nos anos de 2013 a 2015, foram mantidas as duas primeiras posições com a Wilson Sons LTD em primeiro lugar e a Santos Brasil Participações S.A em segundo. Ressalta-se que no ano de 2013, duas companhias ficaram empatadas com 0,80. Nos anos de 2014 e 2015 as duas primeiras posições continuaram sendo das mesmas empresas que o compuseram no ano anterior com a diferença que não havia mais o empate. No último ano analisado, o *ranking* sofre alteração, com a Azul S.A. alcançando a liderança com o índice de evidenciação com 0,85, sendo o maior índice geral obtido entre os anos estudados.

Quando analisado o *ranking* de evidenciação do arrendamento financeiro, salienta-se que as duas primeiras posições seguem com as mesmas companhias do *ranking* geral, apenas com inversão de colocação. Entre 2013 a 2015 a Santos Brasil Participações conseguiu atender 100% dos requisitos mencionados pelo *checklist*. No último ano, conforme ocorrido também no *ranking* geral, a companhia Azul S.A assume a liderança com o índice de 0,85.

Com base nas informações coletadas ao longo dos quatro anos, seguindo um padrão diferente ao que foi apontado pelos *rankings* geral e do arrendamento financeiro, houve empate em um dos quatro anos analisados, tendo a Wilson Sons LTD empatado tecnicamente no ano de 2013 com Santos Brasil Participações S.A.. No ano de 2016 a liderança do *ranking* foi de modo isolado com a Azul S.A tendo conseguido atender a 100% dos requisitos mencionados pelo *checklist*. Salienta-se que a companhia Azul S.A em 2016 inicia sua participação na bolsa de valores, fazendo com que suas demonstrações façam parte da análise desta pesquisa.

No último ano avaliado, o desempenho da Santos Brasil Participações S.A não foi o mesmo dos anos anteriores, motivado pela liquidação de alguns contratos de arrendamento financeiro que possuíam contratos de até três anos, fazendo com que diminuísse o índice de evidenciação do *leasing* financeiro.

A Tabela 6 exibe o número de empresas com arrendamento financeiro que atendem a cada item listado no *checklist*.

**Tabela 6 - Somatório por ano do número de empresas que possuem arrendamento financeiro e os itens atendidos**

| Itens analisados   | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|------|
| <b>Financeiro</b>  | 22   | 19   | 17   | 17   |
| Para cada categoria de ativo, o valor contábil líquido ao final do período;  | 19   | 15   | 14   | 13   |
| Conciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao final do período e o seu valor presente.   | 11   | 8    | 9    | 8    |
| Além disso, a entidade deve divulgar o total dos futuros pagamentos mínimos do arrendamento mercantil ao final do período, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:  | 20   | 17   | 16   | 14   |
| • Até um ano;  | 4    | 1    | 0    | 1    |
| • Mais de um ano e até cinco anos;   | 8    | 5    | 6    | 6    |
| • Mais de cinco anos;  | 8    | 11   | 10   | 7    |
| Pagamentos contingentes reconhecidos como despesa durante o período;   | 2    | 2    | 2    | 2    |
| Valor, no final do período, referente ao total dos futuros pagamentos mínimos de subarrendamento mercantil que se espera sejam recebidos nos subarrendamentos mercantis não canceláveis; | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Descrição geral dos acordos materiais de arrendamento mercantil do arrendatário incluindo, mas não se limitando ao seguinte:   | 11   | 7    | 7    | 5    |
| • Base pela qual é determinado o pagamento contingente a efetuar;  | 1    | 1    | 1    | 0    |
| • Existência e condições de opções de renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento; e   | 7    | 2    | 2    | 2    |
| • Restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil.   | 6    | 5    | 5    | 4    |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das análises dos dados, percebe-se que o arrendamento financeiro apresenta o maior número de empresas no ano de 2013, com 22 se enquadrando nesta modalidade de arrendamento, com redução nos demais anos analisados (19 em 2014 e 17 em 2015 e 2016). Nota-se na Tabela 6 que poucas companhias possuem opção de aquisição do item arrendado, possuindo apenas duas empresas com esse tipo de evidenciação nos anos de 2014 a 2016.

Desconsiderando o ano de 2013, que houve empate na quantidade de companhias que possuíam arrendamento até cinco anos e arrendamento com mais de cinco (total de oito empresas para cada situação), nos demais anos a predominância do período de arrendamento foi de mais de cinco anos, conforme demonstrado na Tabela 6.

A Tabela 7 exhibe o número de empresas com arrendamento operacional que atendem a cada item listado no *checklist*.

**Tabela 7 - Somatório por ano do número de empresas que possuem arrendamento operacional e os itens atendidos**

| <b>Itens analisados</b>  | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Operacional</b>   | 22          | 22          | 22          | 18          |
| Total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos:   | 18          | 17          | 17          | 14          |
| • Até um ano;  | 1           | 2           | 1           | 0           |
| • Mais de um ano e até cinco anos;   | 2           | 1           | 2           | 1           |
| • Mais de cinco anos;  | 15          | 14          | 14          | 13          |
| Total dos pagamentos mínimos futuros de subarrendamento mercantil que se espera que sejam recebidos nos subarrendamentos mercantis não canceláveis ao final do período;                | 3           | 1           | 1           | 2           |
| Pagamentos de arrendamento mercantil e de subarrendamento mercantil reconhecidos como despesa do período, com valores separados para:  | 9           | 8           | 9           | 7           |
| • Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil   | 9           | 8           | 8           | 7           |
| • Pagamentos contingentes  | 0           | 0           | 0           | 0           |
| • Pagamentos de subarrendamento mercantil  | 0           | 0           | 1           | 1           |
| Descrição geral dos acordos de arrendamento mercantil significativos do arrendatário, incluindo, mas não se limitando ao seguinte:   | 2           | 1           | 2           | 1           |
| • Base pela qual é determinado o pagamento contingente;  | 0           | 0           | 0           | 0           |
| • Existência e termos de renovação ou de opções de compra e cláusulas de reajustamento; e  | 1           | 0           | 1           | 1           |
| • Restrições impostas por acordos de arrendamento mercantil, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil. | 1           | 1           | 1           | 0           |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com bases na Tabela 7, o arrendamento operacional foi verificado em 22 empresas entre os anos 2013 a 2015. Em 2016 o número de companhias que apresentou esta modalidade de arrendamento foi menor em relação aos anos anteriores, alterando de 22 para 18 empresas neste ano.

No arrendamento operacional a predominância das empresas que realizaram essa modalidade de arrendamento, foi o *leasing* com o período arrendado superior a cinco anos, sendo que os percentuais de adesão para esse período em relação ao total de empresas com esse tipo de evidenciação foram: 2013 83,33%, 2014 e 2015 82,35% e 2016 92,86%. Além disso, o percentual de companhias que divulgaram a realização dos pagamentos mínimos foi de 40,91% em 2013, 36,36% nos anos de 2014 e 2015 e de 38,89% no ano de 2016.

A Tabela 8 exhibe os impactos da IFRS 16 que foram informados pelas empresas nas notas explicativas de 2016. Ressalta-se que as informações evidenciadas pelas companhias foram categorizadas em cinco tipos de evidenciação.

**Tabela 8 - Impactos da nova IFRS nas notas explicativas de 2016**

| <b>Evidenciação</b>  | <b>Empresas</b>                                    | <b>Nº de Empresas</b> |
|--|--|-----------------------|
| Informa que a adoção da norma IFRS 16 poderá trazer impactos na companhia  | SANTOS BRASIL PARTICIPACOES S.A.                   | 9                     |
|  | WILSON SONS LTD.                                   |                       |
|  | AZUL S.A.  |                       |
|  | GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.                |                       |
|  | ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA NORTE S.A.    |                       |
|  | ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA PAULISTA S.A. |                       |
|  | COSAN LOGISTICA S.A.                               |                       |
|  | MRS LOGISTICA S.A.                                 |                       |
|  | RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A.           |                       |
| Não informa que a adoção da norma IFRS 16 poderá trazer impactos na companhia  | CONC DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.  | 8                     |
|  | CONC AUTO RAPOSO TAVARES S.A.                      |                       |
|  | CONC ECOVIAS IMIGRANTES S.A.                       |                       |
|  | CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.- ECOPISTAS |                       |
|  | ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.             |                       |
|  | ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.        |                       |
|  | INVESTIMENTOS E PARTICIP. EM INFRA S.A. - INVEPAR  |                       |
|  | TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.             |                       |
| Informa que a companhia está analisando a norma verificando se a partir da implementação da IFRS 16 irá impactar nas demonstrações contábeis   | LIBRA TERMINAL RIO S.A.                            | 3                     |
|  | FERROVIA CENTRO-ATLANTICA S.A.                     |                       |
|  | JSL S.A.   |                       |
| Informa que a companhia está ciente sobre a nova norma, porém não está em análise a verificação sobre se a partir da implementação da IFRS 16 irá impactar nas demonstrações contábeis | PRUMO LOGÍSTICA S.A.                               | 9                     |
|  | CCR S.A.   |                       |
|  | CONC ROD.OESTE SP VIAOESTE S.A.                    |                       |
|  | CONC RODOVIA PRES. DUTRA S.A.                      |                       |
|  | CONC SIST ANHANG-BANDEIRANT S.A. AUTOBAN           |                       |
|  | RODOVIAS DAS COLINAS S.A.                          |                       |
|  | TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.                |                       |
|  | LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL S.A.                   |                       |
| Suas notas explicativas não informam a substituição da IAS - 17 para IFRS 16, nem se haverá impacto no arrendamento mercantil na companhia.  | TEGMA GESTAO LOGISTICA S.A.                        | 6                     |
|  | NUMERAL 80 PARTICIPAÇÕES S.A.                      |                       |
|  | CONC RIO-TERESOPOLIS S.A.                          |                       |
|  | CONC ROD OSORIO-PORTO ALEGRE S.A-CONCEPA           |                       |
|  | CONC ROTA DAS BANDEIRAS S.A.                       |                       |
|  | EMPRESA CONC RODOV DO NORTE S.A. ECONORTE          |                       |
|  | TREVISA INVESTIMENTOS S.A.                         |                       |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da IFRS 16, tendo aplicação a partir do dia 01/01/2019, mudará a forma contábil com que o arrendamento é tratado, tendo impactos nos ganhos, ativos e passivos das companhias que possuem tal tipo de operação (MATT SMITH, 2017).

No ano de 2016, das 41 empresas estudadas, 35 que apresentaram alguma modalidade de arrendamento mercantil se enquadram nos requisitos da Tabela 8. Dessas 35 empresas, tem-se que: nove mencionam que a IFRS 16 vai impactar em suas demonstrações; oito companhias não serão impactadas; três estão analisando se haverá impactos após a adoção da mesma; nove empresas têm conhecimento sobre a nova norma, mas não analisaram o seu impacto no balanço até o momento; e seis companhias não informaram a mudança da norma IAS 17 para IFRS 16. Ressalta-se que as empresas: Cia Docas de Imbituba, Arteris S.A., Latam Airlines Group S.A., All América Latina Logística S.A., Hidrovias do Brasil S.A. não possuem mais listagem na B3 e além de a Conc. Rodovias do Tietê S.A. não divulgar nenhum tipo de arrendamento.

A partir da análise das notas explicativas das empresas analisadas, a Azul S.A. é uma das companhias que apresentaram mais informações da nova norma e seus impactos nas demonstrações contábeis, conforme o seguinte trecho das notas explicativas:

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) (AZUL S.A., 2016, p. 34).

A Azul S.A. (2016, p. 34) também salienta o impacto sobre seus contratos de arrendamento: "Com base em nossas análises preliminares, o impacto da IFRS 16 será sobre os contratos de arrendamento vigentes de aeronaves e motores “*sparers*” classificados pela IAS 17 como arrendamento operacional. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui 100 aeronaves e 16 motores classificados como arrendamento operacional".

Com isso, percebe-se que para algumas empresas que possuem expressivos contratos de arrendamentos operacionais, a adoção da IFRS 16 trará significativas alterações nas demonstrações financeiras.

## 5 CONCLUSÕES

### 5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS

Com relação às evidenciações do arrendamento financeiro, observa-se que a média de evidenciação nos setores analisados são relativamente baixas, o que corrobora os estudos de Beuren *et al.* (2014) e Vasconcelos Neto *et al.* (2014), e que o segmento aéreo possui o melhor índice de evidenciação no setor de transportes. O transporte ferroviário foi o segmento com a segunda melhor média de evidenciação.

Dentre as 41 empresas analisadas entre 2013 a 2016, a Santos Brasil Participações S.A. foi única companhia que atendeu a 100% de todo *checklist* de arrendamento mercantil financeiro, fato ocorreu durante anos de 2013 a 2015. O setor com menor evidenciação foi o de transporte hidroviário motivado pela inexistência *leasing* em suas demonstrações.

Em relação ao tratamento da divulgação do impacto da IFRS 16, foi analisado que em 2016, das 41 empresas estudadas, 35 companhias apresentaram algum tipo de informação a respeito. Destas 35, oito companhias ressaltam que não serão impactadas, três estão analisando se haverá impactos após a adoção da mesma, nove empresas têm conhecimento sobre a nova norma, mas não analisaram o seu impacto no balanço até o momento, e seis companhias não informaram a mudança da norma IAS 17 para IFRS 16.

No que se refere às evidenciações do arrendamento operacional, seguindo a mesma tendência que o *leasing* financeiro, a média de evidenciações são baixas, confirmando o resultado de Beuren *et al.* (2014). O setor com melhor evidenciação continua sendo o aéreo, tendo como destaque a Azul S.A., registrando o maior nível de evidenciação do setor ao longo dos quatros anos. Entre 2013 a 2015 o segmento de serviços de apoio e armazenagem registrou o maior índice de evidenciação, havendo alteração no ano de 2016, em que o segmento de transporte ferroviário passou a ser o destaque na evidenciação.

Entre 2013 a 2015, as três companhias que possuem os melhores índices de evidenciação são: Santos Brasil Participações S.A, Wilson Sons LTD e ALL - Malha Paulista S.A. Já no ano de 2016, as três representantes do *ranking* passam a ser Azul S.A., Wilson Sons LTD e a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. Estas seis companhias entre 2013 a 2016 foram as com melhor divulgação e também as que tiveram melhor tratamento da informação contábil em relação ao arrendamento mercantil.

Conclui-se, por fim, que o índice de evidenciação de arrendamento mercantil tanto operacional quanto financeiro são relativamente baixos, entretanto, o índice de evidenciação do *leasing* financeiro é maior do que o operacional, o que vai ao encontro da pesquisa de Deziderio (2016). Outro ponto observado, é qualidade dos dados, sendo algumas vezes escassa, principalmente no arrendamento operacional.

Observa-se que mesmo estando próximo a mudança na norma contábil sobre arrendamentos mercantis, a evidenciação contábil de algumas companhias analisadas não demonstra um estudo dos possíveis impactos em suas demonstrações e o seu reflexo no futuro. Dentre todos os segmentos estudados, o aéreo foi considerado o mais completo, apresentando no geral o melhor índice de evidenciação se comparado com os demais segmentos.

Como limitação do estudo, elenca-se que algumas empresas da amostra analisada não possuíam arrendamento mercantil ou não divulgavam, ou seja, nestes casos não foi possível aplicar o *checklist* e obter o nível de evidenciação destas companhias.

Tendo em vista o trabalho realizado, observa-se que o tema arrendamento mercantil tem ainda aspectos a serem explorados, principalmente após o surgimento da IFRS 16. Assim, seguem alguns temas para a realização de pesquisas futuras:

- a) realizar de uma análise no setor de transporte após a implementação da IFRS 16, possuindo o foco no tratamento contábil em relação à contabilização do arrendamento, analisando se melhorou a qualidade da informação e a quantidade de evidenciação;
- b) analisar os indicadores econômico-financeiros, como EBTIDA, Lucro Líquido, Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Lucro Operacional, Índice de Liquidez, Índice de Giro dos Ativos, a partir desses dados fazer um comparativo entre os balanços e observando o quanto mudou o desempenho das companhias com a aplicação dessa nova norma; e
- c) realizar uma análise aprofundada exclusivamente no segmento de Transporte Aéreo, pois possui significativo número de contratos de *leasing*, além de possuir um melhor nível de evidenciação, fazendo uma análise comparativa do antes e depois da IFRS 16, o que impactou em suas demonstrações contábeis e em seus índices financeiros.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Juliana Gonçalves de *et al.* Contabilização do arrendamento mercantil financeiro: um estudo nas empresas listadas na Bovespa do setor de construção e transportes. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 6, n. 3, p.29-50, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/463/307>>. Acesso em: 29 ago. 2015.
- BASHI, Elidiana; MOLLA, Fatbardha. The future of *leasing* accounting. **Journal Of Applied Economics And Business**, [s. L.], v. 1, n. 3, p.65-78, out. 2013. Disponível em: <<http://www.aebjournal.org/articles/0103/010305.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- BATISTA, Evaldo Basílio de Oliveira; FORMIGONI, Henrique. Arrendamento mercantil operacional: as mudanças propostas pelos organismos internacionais e seus efeitos nas empresas brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p.22-37, 6 dez. 2013. <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20130202>. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/16900/9896>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- BATISTA, Luis. **Como contabilizar arrendamento mercantil – leasing operacional**. 2013. Disponível em: <<http://www.comocontabilizar.com.br/como-contabilizar-arrendamento-mercantil-leasing-operacional/>>. Acesso em: 12 set. 2017.
- BEUREN, Ilse Maria *et al.* Evidenciação do arrendamento mercantil financeiro das empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 30, n. 88, p.4-18, jan. 2014. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/1848/1517](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1848/1517)>. Acesso em: 29 ago. 2015.
- BRASIL, Banco Central do. **FAQ - Arrendamento mercantil (leasing)**. 2014. Disponível em: <[www.bcb.gov.br/?LEASINGFAQ](http://www.bcb.gov.br/?LEASINGFAQ)>. Acesso em: 20 set. 2015.
- COELHO, Antônio Carlos Dias. Registro de *leasing* em arrendadoras brasileiras: diferenças entre os padrões contábeis BACEN e CPC 06. In: 10º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 10., 2013, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos132013/191.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 06 (R1): PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil**. Brasília: Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2010. 18 p. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/163\\_CPC\\_06\\_R1\\_rev 08.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/163_CPC_06_R1_rev 08.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- DEZIDERIO, Talita Bernardes. **Características relacionadas ao nível de evidenciação do arrendamento mercantil nas companhias de capital aberto brasileiras**. 2016. 61 f. Monografia. - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/166669/Talita Bernardes Deziderio.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/166669/Talita%20Bernardes%20Deziderio.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 04 jul. 2017.



EXAME. **IASB comenta as novas regras contábeis para o *leasing***. São Paulo: Abril, 13 nov. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/dino/noticias/iasb-comenta-as-novas-regras-contabeis-para-o-leasing.shtml>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

FIPECAFI. **Perguntas e respostas – nova lei das S/A - lei 11.638/07**. Disponível em: <<http://www.cfc.fipecafi.org/faq/faq.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

GALLON, Alessandra Vasconcelos *et al.* As mudanças no tratamento contábil do *leasing* e seus reflexos nos indicadores econômico-financeiros das companhias aéreas brasileiras. **Revista de Finanças Aplicadas**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1-18, 13 dez. 2012.

KPMG (Brasil). **IFRS 16 arrendamentos um balanço mais transparente**. 2016. Disponível em: <<https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/04/br-ifs-em-destaque-02-2016.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2017.

KRÜGER, Letícia Meurer; BORBA, José Alonso. Evidenciação do arrendamento mercantil financeiro nas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. **Revista de Finanças Aplicadas**, São Paulo, p.1-23, jan. 2013. Disponível em: <[http://www.financasaplicadas.net/ojs/index.php/financasaplicadas/article/view/66/pdf\\_8](http://www.financasaplicadas.net/ojs/index.php/financasaplicadas/article/view/66/pdf_8)>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013, 889 p.

MARITNS, Vinicius Gomes; MACHADO, Márcio André Veras; MACHADO, Márcia Reis. Value relevance das informações de *leasing* operacional: um estudo em empresas brasileiras. **Enfoque: Reflexão Contábil: Ref. Cont.**, Maringá, v. 32, n. 2, p.83-99, 23 ago. 2013. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v32i2.19762>. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/19762/11562>>. Acesso em: 28 set. 2014.

MARQUES, Rogério Ramos. O *leasing* financeiro na arrendatária e o reflexo na análise das demonstrações contábeis. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 2, n. 1, p.75-101, 1999. Disponível em: <[https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/113/pdf\\_17](https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/113/pdf_17)>. Acesso em: 28 set. 2014.

MATOS, Eduardo Bona Safe de; NIYAMA, Jorge Katsumi. Nível de percepção dos usuários da informação contábil sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação constantes da minuta de pronunciamento do FASB/IASB - ED/2010/9 – Leases. **Enfoque: Reflexão Contábil: Ref. Cont.**, Maringá, v. 32, n. 2, p.101-118, 23 ago. 2013. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v32i2.20270>. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/20270/11563>>. Acesso em: 28 set. 2014.

MATT SMITH. Deloitte & Touche. **IFRS 16 - Leases: new financial reporting standard** Potential implications for lenders. 2017. Disponível em: <<https://www2.deloitte.com/uk/en/pages/audit/articles/ifrs-16-leases.html>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi *et al.* Contabilização das operações de *leasing*: avaliação do nível de aderência da Norma Técnica 10.2 do Conselho Federal de Contabilidade à Luz das Normas Internacionais de Contabilidade do IASB. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p.21-34, dez. 2002. Disponível em:

<<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/201/195>>.

Acesso em: 28 set. 2014.

PWC (Brasil). **IFRS Tempo de Mudança**. 2017. Disponível em:

<[https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/F221\\_Tempos\\_de\\_mudanca\\_17.pdf](https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/F221_Tempos_de_mudanca_17.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2017.

RIBEIRO, Denise Maria; REIS, Elizio Marcos dos; PINHEIRO, Laura Edith Taboada.

Impacto da mudança contábil no reconhecimento de ativos nas operações de arrendamento mercantil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 10, n. 2, p.84-104, 30 jun. 2014.

Disponível em:

<[http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3918/pdf\\_12](http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3918/pdf_12)>. Acesso em: 28 set. 2014.

RIBEIRO, Tatiane. **IFRS 16: impacto no setor aéreo**. 2017. 23 f. Monografia - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19309/1/IFRS16ImpactoSetor.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

ROVER, Suliani. **Operações de Arrendamento Mercantil**. Florianópolis: 2017. 26 slides.

SANTOS, Nálbia de Araújo *et al.* Evidenciação contábil: análise comparativa da aplicação das normas internacionais de contabilidade e das normas vigentes no Brasil em operações de arrendamento mercantil financeiro. **Enfoque: Reflexão Contábil: Reflexão**

**Contábil**, Maringá, v. 26, n. 2, p.72-87, 10 fev. 2007. Universidade Estadual de Maringá.

Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/4821/3619>>. Acesso em: 28 set. 2014.

SCHOSSLER, Carolina. **Evidenciação das operações de arrendamento mercantil pela adoção das normas internacionais de contabilidade**. 2012. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61913/000867072.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

SCHWALBACH, Teresa Pala. **Financiamento fora do balanço: prática legítima ou forma de ocultar responsabilidades?** 2013. Disponível em: <<http://legalmca.com/2013/04/02/off-balance-sheet-financiamento-fora-do-balancopratica-legitima-ou-forma-de-ocultar-responsabilidades/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

SOUZA, Milanez Silva de; FAMÁ, Rubens. *Leasing* como instrumento de desenvolvimento econômico. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 4, p.62-76, 1997.

Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/c4-art6.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

VASCONCELOS NETO, João Florêncio de *et al.* Reconhecimento, mensuração e evidenciação do arrendamento mercantil financeiro nas demonstrações contábeis do

arrendador: um estudo sobre o nível de conformidade em empresas listadas na BOVESPA. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 13, n. 3, p.1061-1088, set. 2014. Disponível em: <[http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/4528/pdf\\_60](http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/4528/pdf_60)>. Acesso em: 03 abr. 2016.

WEIL, Roman L.; SCHIPPER, Katherine; FRANCIS, Jennifer.: **Introdução aos conceitos, métodos e aplicações** - Tradução da 14<sup>a</sup> edição norte-americana, 2nd edição.